



D. Pedro e o “rochedo da salvação”. Leituras do Liberalismo no *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*

MARIA MARGARIDA DE MAIA GOUVEIA

Universidade dos Açores



Resumo: Publicado entre 1851 e 1932, o *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro* revela-se como um documento significativo das relações luso-brasileiras no domínio da cultura portuguesa. Este artigo chama a atenção do leitor para a importância dos Açores na história do Liberalismo, nas ilhas e em Portugal continental, com ênfase particular no papel de D. Pedro, rei de Portugal e Imperador do Brasil.

Palavras-chave: D. Pedro; Açores; Liberalismo; Resistência

Abstract: The *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro*, published between 1851 and 1932, is an interesting document of cultural luso-brazilian relations. This article draws the reader's attention to the importance of the Azores in the history of Liberalism in Portugal, with particular emphasis on the role of D. Pedro, king of Portugal and emperor of Brazil.

Key-words: D. Pedro; Azores; Liberalism; Resistance

a experiência açoriana [...] uma reaprendizagem da portugalidade: [...] entrar no Porto convencido [D. Pedro] de que ali ia para reconquistar a sua pátria.

(JOSÉ MIGUEL SARDICA)

Publicado entre 1851 e 1932, o *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*¹ abrange um período significativo de oitocentos e do início de novecentos. Surgido no período de triunfo liberal e na atmosfera que veio a consubstanciar-se no golpe da Regeneração, não surpreende que se dê atenção a acontecimentos da história do Liberalismo. Foi o longo processo do triunfo das ideias liberais que permitiu a separação e independência do Brasil, que se deve não só a ideias e conjunturas mas à determinação e vontade de D. Pedro de Bragança.

Crescido desde os nove anos de idade no ambiente edénico do Rio de Janeiro, para onde a Corte se deslocara, o Infante soube corporizar os “ventos da História” que deram a Independência ao Brasil por mão de um imperador *português*. Se é verdade o que alguns historiadores dizem, o velho monarca D. João VI teria sabido aconselhar o filho, intuindo a estratégia da decisão certa no momento certo. Mas a História destinava a D. Pedro mais um papel importante na História de Portugal: o entregar ao futuro um país conquistado para as ideias liberais, mesmo que contra os ultra-conservadores chefiados pelo irmão. É aqui que entra o “rochedo da salvação”, nome dado por

Alexandre Herculano à Ilha Terceira, ilha dos Açores que capitaneou a estratégia do triunfo do Liberalismo.² Nesse sentido, a presença dos Açores é fundamental na História do todo nacional e é uma contribuição orgulhosamente sentida. Não são pois de estranhar no *Almanach* referências a acontecimentos ligados às vivências do Liberalismo nos Açores.

O desembarque de deportados, decerto muitos maçônicos, principalmente na ilha Terceira, nos princípios da segunda década de oitocentos, constituiu um fermento de ideias liberais que agitou, de forma quase diríamos cosmopolita, o pacato meio insular.

Entretanto, ocorre a morte de D. João VI, a 10 de Março de 1826. Envenenado ou não, rei morto, surgiu o

¹ Designação adoptada logo após a publicação dos primeiros quatro volumes, a substituir a inicial, *Almanach de Lembranças*, sofrendo uma nova e breve alteração para *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, na década de setenta.

² É esta a célebre afirmação de Alexandre Herculano: “Os voluntários que tinham debaixo de uma saraiva de balas defendido a Terceira, o rochedo da salvação, do furor de nossos cueis inimigos, eram um aggregado de homens de todas as condições.” (*Scenas de um ano da minha vida e Apontamentos de viagem*. Lisboa: Bertrand, 1934, p. 53).

problema de sucessão. Os boatos de envenenamento têm, porém, interesse na medida em que os *envenenadores* teriam de ter um sinal ideológico. Os absolutistas conservadores, fanáticos e repressivos, que D. João VI *moderava*? Os liberais *avançados*, que o rei controlava também com equilíbrio, recorrendo a liberais moderados para ministros?

Um curioso artigo (datado de 1902, correspondendo a uma transcrição de Serpa Pimentel, *Portugal Moderno*) de posição francamente pró-liberal, inculca que quem tinha mais interesse em matar D. João VI eram os absolutistas e conservadores, a própria facção da rainha, pois que D. João VI continha o furor repressivo dos defensores de Trono e Altar. Lendo Oliveira Martins, em cujo tratamento de factos julga ver inculcação de responsabilidade aos liberais ou jacobinos, Serpa Pimentel escreve:

Não parece que o rei morresse envenenado; mas se assim tivesse sido, era muito mais natural que o crime partisse dos absolutistas, que elle tinha sempre contrariado, ou da inspiração d'aquella a quem o proprio auctor, a que nos temos referido [Oliveira Martins], attribue com razão uma *figura satanica*.

O envenenamento pelos liberaes seria principalmente da parte d'elles um ataque de verdadeira demencia.³

Facto determinante para a adesão da Terceira ao Liberalismo foi a “restauração da Carta” em 22 de Junho de 1828, em Angra, pelo golpe do major José Quintino Dias, com a consequente prisão do Capitão General. Vários surtos de guerrilhas acabaram por desembocar na acção do Pico do Celeiro, em Outubro de 1828, perto da Praia, futura Praia da Vitória. A Terceira ficava assim disponível para receber levas de exilados liberais que conseguiram romper o bloqueio miguelista à ilha.

Os invernos são longos e o clima difícil. A Terceira ia-se alimentando de gente favorável ao Liberalismo e exacerbando os habitantes locais a ele favoráveis. Quando D. Miguel mandou uma armada comandada por Sousa Prego sujeitar a ilha rebelde, aquela armada foi derrotada na baía da Praia, na manhã de 11 de Agosto de 1829. Está assim compreendido por que razão o *Almanach* refere a importância da saída de Belle-Isle para os Açores e a chegada de D. Pedro IV em 20 de Fevereiro de 1832 à baía de Angra.

D. Pedro e Palmela (que lhe preparara a vinda) são figuras máximas do Liberalismo português que marcaram presença na ilha Terceira. Mais uma vez o Portugal liberal era governado a partir daquela ilha, que já fora sozinha Portugal nos dois anos da resistência filipina.

Exilado como Herculano, soldado obscuro do Liberalismo da Terceira, Garrett era já figura notória e conhecia a Ilha Terceira da sua infância. Daí o desvelo com que lhe atribui o “cognome” da “mui nobre leal e sempre constante cidade de Angra do Heroísmo”, facto

lembrado por Félix José da Costa num texto que descreve as “armas d’Angra”, destacando “a tenção em letras d’ouro – Valor, Lealdade e Mérito – tendo pendente a insignia de Grã-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre Espada do Valor, Lealdade e Mérito”.⁴

Considerando ainda a lealdade dos habitantes da Praia da Vitória, e a sua heróica resistência naquele “rochedo no meio do Oceano”,⁵ um outro curto texto, da responsabilidade do mesmo autor, lembrara a memorável batalha de 11 de Agosto (1829), reproduzindo dois parágrafos do citado documento, nos quais é atribuído o título de “Muito Notável” e se procede à descrição das Armas da dita Vila:

A villa da Praia da Ilha Terceira será d’ora em diante denominada = Villa da Praia da Vitoria = e ficará tendo o título de = Muito Notável =.

[...] As armas da Muito Notável Villa da Praia da Victoria serão um escudo partido em facha: [...] e sobre tudo um escudete de prata, com a legenda em letras azues = Onze d’Agosto de mil oitocentos vinte e nove =; tendo coroado o escudo d’uma coroa naval, e por timbre uma torre negra com bandeira bi-partida de azul e prata.⁶

Não era, porém, a primeira vez que a Ilha fora o “rochedo da salvação”. Cerca de duzentos e cinquenta anos antes, a Terceira transformou-se em baluarte de nacionalismo anti-castelhano, sendo o único ponto do país que conseguiu permanecer dois anos como independente perante a subjugação castelhana.

Para liberais e patriotas, o *Almanach* tinha pois obrigação de não deixar passar o facto em branco e assinalar a evocação da resistência ao domínio castelhano na Terceira. Com efeito, em 1581, a armada de D. Pedro de Valdés é derrotada na baía da Salga (ilha Terceira), com recurso ao engenhoso expediente popular de mandar soltar gado bravo contra os invasores. A glória patriótica, que duraria cerca de dois anos, acabaria às mãos do Marquez de Santa Cruz, D. Álvaro de Bazan, que não cairia em expedientes que, de resto, já não teriam futuro. Foi preciso esperar os 40 anos da Restauração para expulsar definitivamente os castelhanos da Terceira e da notável fortificação que é o Castelo de S. Filipe no Monte Brasil em Angra do Heroísmo.

³ “O fallecimento de D. João VI”, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1901, p. 285-286. O texto é extraído de *Portugal Moderno*: a queda do Antigo regime: 1820 até 1834. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1896.

⁴ “Armas de Angra”, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1860, p. 237.

⁵ Decreto de 12 de Janeiro de 1837, redigido por Garrett e assinado pela Rainha. In: AFONSO, João. *Garrett e a Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1954, p. 65-67.

⁶ “As armas da Villa da Praia”, *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1859, p. 316.

Têm assim significado as referências a D. António Prior do Crato, e muito curioso é o artigo "Dous Alvaros na Ilha Terceira", não assinado, e dado como extraído do *Anno Historico* (publicação de Lisboa, 1744). Os dois Álvaro são, afinal, D. Alvaro de Bazan, Marquez de Santa Cruz, que sujeitara a Ilha, e D. Alvaro de Viveyros que se viu obrigado a entregar aos portugueses a fortaleza em consequência da Restauração, e após catorze meses de resistência. Só o conhecimento presencial da fortaleza e da sua colocação na Ilha poderá dar ideia de como se deverá ter passado este período da resistência. De facto, o castelo de S. Filipe, hoje castelo de S. João Baptista, e ainda estabelecimento militar da Terceira, é uma enorme fortificação com que os espanhóis investiram não só no domínio de subjugação dos Açores mas principalmente no controlo geoestratégico das rotas do Atlântico.

O articulista assim nos descreve:

Há n'ella uma fortaleza das mais insignes da Europa. Ocupa quasi uma légua em circuito com terras em que se semeião vinte moios de trigo, e vinhas, e pomares, com agua nativa dentro. Pela parte do mar é inexpugnável; pela da terra, tem todas as fortificações e defensas que bastão para rebater qualquer expugnação, por vigorosa que seja.⁷

Será mesmo de lembrar que a importância desta fortaleza foi decisiva no reconhecimento de Angra do Heroísmo como património mundial da UNESCO (1983).

Atentemos também no que nos diz o historiador e professor universitário Avelino de Menezes, quando escreve:

É, portanto, a posição geoestratégica dos Açores que explica o enorme esforço empreendido por Filipe II para conquistar a Terceira e o apoio internacional à causa de D. António enquanto este deteve a posse da ilha. Os espanhóis, durante três anos, constituíram expedições com uma capacidade bélica sempre crescente e com um objectivo cada vez mais definido: a necessidade de submeter a Terceira.⁸

Valorizando também esta posição geoestratégica da Terceira, José Miguel Sardica fala de um "oásis confortativo à navegação atlântica" (expressão de Francisco José da Silva Jr.) e refere o facto de que "em meados do século XVII tinha sido aquela uma das primeiras partes do reino a aclamar a "liberdade" (anti-filipina) na pessoa de D. João IV; quase dois séculos volvidos, finalmente, foi

também nos Açores que a resistência liberal encontrou refúgio e alento, fugindo do absolutismo continental, e dali partindo para resgatar o país da usurpação miguelista".⁹

Não nos esqueçamos que para Alexandre Herculano ("Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portugaise") as duas figuras gigantescas da vitória do Liberalismo em Portugal são D. Pedro e Mouzinho da Silveira: o capitão ou o braço armado; a lei ou as grandes reformas. Figuras que Herculano acompanhou ao vivo na Terceira e no longo caminho da reconquista.

D. Pedro é, pois, protagonista de duas *novas Histórias*, a do Brasil independente e a de Portugal liberal. Um D. Pedro apaixonado pelo futuro de um império riquíssimo, sem perder a matriz europeia liberal que o trouxe de volta a assegurar também os futuros destinos de Portugal.

Quando o *Almanach* regista as datas de 20 de Fevereiro de 1832 e 28 de Fevereiro do mesmo ano (saída da armada de Belle-Isle e chegada à Terceira) está a ancorar no facto capital da vinda de D. Pedro para intervir nos destinos da sua pátria de origem. Data chave de viragem na vida do soberano e início da arrancada de uma nova época para a História de Portugal, que a fica devendo ao entreposto geoestratégico da ilha dos Açores. "[R]eaprendizagem da portugalidade [...] entrar no Porto convencido de que ali ia reconquistar a sua pátria".¹⁰

A resistência anti-filipina e o papel da Terceira, também decisivo na preparação do exército liberal e do seu desembarque no Mindelo, no Continente português, dão ao *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* um sentido patriótico que constitui, a nosso ver, um substrato ideológico determinante. Eis como simples apontamentos, sinopses ou cronologias podem ser um reflexo de uma doutrina e conter a essência de um pensamento nacional. E no caso de uma obra de escopo luso-brasileiro, ter em conta matérias ou assuntos que interessam aos dois países.

Referências

AFONSO, João. *Garrett e a Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1954.

Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro (1851-1932).

HERCULANO, Alexandre. *Scenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Lisboa: Bertrand, 1934.

MENEZES, Avelino de. *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*. A resistência Terceirense e as implicações da conquista espanhola. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987.

SARDICA, José Miguel, "A memória do exílio, da pátria açoriana e da Guerra Civil na escrita biográfica oitocentista". In: *O liberalismo nos Açores: do vintismo à regeneração. O tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

⁷ *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, 1853, p. 106.

⁸ *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590). A resistência Terceirense e as implicações da conquista espanhola*. Angra do Heroísmo; Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987, p. 17.

⁹ "A memória do exílio, da pátria açoriana e da Guerra Civil na escrita biográfica oitocentista" in *O liberalismo nos Açores: do vintismo à regeneração. O tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 212.

¹⁰ *Ibidem*, p. 227.